

MARCELO

TRINDADE O

CAMINHO

DO MEMÓRIAS

CENTRO DE UMA

AVENTURA

ELEITORAL

R

HISTÓRIA REAL

MARCELO
TRINDADE **O**
CAMINHO
DO MEMÓRIAS
CENTRO DE UMA
AVENTURA
ELEITORAL

R

HISTÓRIA REAL

© 2020 Marcelo Trindade

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

REVISÃO

Roberto Jannarelli

DIAGRAMAÇÃO

Equatorium Design

DESIGN DE CAPA

Angelo Bottino

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICADO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T286c

Trindade, Marcelo

O caminho do centro: memórias de uma aventura eleitoral /

Marcelo Trindade. - 1. ed. - Rio de Janeiro: História Real, 2020.

288 p., 23 cm.

ISBN 978-65-87518-02-2

1. Brasil - Política e governo. 2. Brasil - Política e eleições.

I. Título.

29-56672

CDD: 320.981

CDU: 32(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados a
História Real, um selo da Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.historiareal.intrinseca.com.br

I. FINALMENTE, A VEZ DE UM GOVERNADOR NOVATO

“Olá, bom dia, meu nome é Marcelo Trindade, sou candidato a governador e nunca fui político.” Aprendi em poucos dias que essa deveria ser a minha primeira frase, no esforço de convencer um transeunte apressado a vencer seu preconceito e receber o panfleto com a minha foto, que eu tentava entregar.

Naquele inverno e no começo da primavera de 2018, abordei milhares de pessoas nas ruas do estado do Rio de Janeiro e, a cada vez, a conversa podia acabar por aí ou seguir adiante. Às vezes, aprofundava-se a ponto de eu ter que dar detalhes de minha vida. Você é casado? Sim, há 25 anos. Tem filhos? Três, mas já cresceram, o menor tem 18 anos. O mais velho até já se mudou para a Espanha. Espanha? Minha mãe era espanhola, ele fez mestrado por lá e ficou. Engenheiro mecânico, no Brasil, e com essa crise... Eu vi que você é rico, pelo menos não precisa roubar.

Quando alguém dizia isso eu sempre achava graça que tivesse me tornado um símbolo de riqueza, o mais rico candidato a governador do Rio de Janeiro. Lembrava-me da falta de dinheiro na adolescência e no início da vida adulta. Da sensação que tivera ao receber meu primeiro salário, em dezembro de 1982. Tinha 18 anos e acabara de abandonar a Faculdade de Comunicação. Queria ser jornalista, gostava de literatura e cometia uns poemas, mas frustrei-me com o curso e resolvi me transferir para o direito. O primeiro emprego foi como estagiário do departamento de compras de uma empresa de engenharia – arranjado por um diretor que era meu primo, mais velho.

A marmita de metal, redonda, cuidadosamente preparada por minha mãe com três camadas de comida – primeiro feijão, depois arroz e, por cima, uma carne e um legume –, congelada desde a véspera, saía da geladeira bem cedo para o fundo da mochila envolta num plástico. Quando chegava a hora do almoço, já estava na temperatura ambiente e precisava ficar pouco no forno do refeitório.

Nunca fui especialmente otimista e era um aluno mediano. Por isso o primeiro salário foi aquele momento mágico, quando, afinal, acreditei que alguém me pagaria para fazer alguma coisa. Curiosamente, a carteira de trabalho, que eu exibia orgulhoso naquele ano, serviu-me de muito pouco. Por toda a vida seria um profissional liberal e a carteira só receberia mais uma anotação, quando fui aprovado no concurso e contratado como professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio, em 1993.

Aquele foi também o ano em que tirei minha carteira de motorista – à época um símbolo de liberdade que, no nosso imaginário, aumentava exponencialmente as chances de sucesso com as mulheres da nossa idade, teimosamente encantadas pelos rapazes mais velhos. O detalhe de que eu não tinha um carro, e depende-

ria do empréstimo do cansado Fuscão azul 1972 de minha mãe, parecia menor.

Para o Brasil e o Rio de Janeiro, 1982 tinha tudo para ser um ano marcante. Verdade que fomos eliminados da Copa do Mundo da Espanha pela Itália, embora tivéssemos o melhor time – a primeira seleção dos sonhos desde o tricampeonato de 1970 –, mas ocorreriam as primeiras eleições diretas para governador desde 1965. Seria uma eleição importante. Simbolizava o passo mais decisivo no arrastado caminho – oficialmente lento e gradual – traçado pelo governo do general João Figueiredo rumo à redemocratização. Dela também participavam, como consequência da Lei da Anistia, aprovada em 1979, políticos cassados e exilados pela ditadura militar.

Nos 36 anos que se passaram entre a primeira eleição que presenciei e aquela em que era candidato, fiz como quase todas as pessoas de minha geração. Cuidei da vida e dei pouca importância para a política. Ganhei uma bolsa da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mais conhecida como Capes, e meu monitor – e mais tarde sócio – me levou para estagiar no escritório do professor Sergio Bermudes, que ainda não se tornara mas viria a ser um dos mais importantes do Brasil. Abri meu próprio escritório logo depois de me formar, adquiri reputação, migrei das brigas judiciais para o direito das empresas. Fui servidor público por pouco mais de cinco anos. E, depois de pegar muita chuva, passar por bons apertos e pagar muitos juros do cheque especial, me tornava agora, quem diria, um político – e ainda por cima o candidato rico.

Já com o Rio de Janeiro, onde continuei vivendo desde aquele longínquo 1982, havia se passado o oposto. Os indicadores de pobreza, desigualdade, violência, educação e atividade econômica se deterioraram, comparados com os dos estados mais ricos do país. O estado falira e perdera sua força.

Não era uma falência qualquer. Tampouco era só o fato de, em junho de 2018, o Rio de Janeiro estar – como ainda hoje – em Regime de Recuperação Fiscal, sem conseguir pagar suas dívidas. A poucos meses da eleição, os quatro últimos governadores (Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão) estavam presos ou já tinham sido presos, acusados de corrupção e outros crimes ligados às suas atividades como políticos profissionais.

Desde a vitória do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, na eleição de 1982, até a de Luiz Fernando Pezão, em 2014, todos os governadores eleitos haviam exercido outros mandatos antes, como deputado, senador, prefeito ou mesmo governador. Isso deveria ter sido um bom sinal. Na política, como em qualquer outra atividade, a experiência costuma contar a favor. Mas não tem sido assim no caso do estado do Rio de Janeiro.

Foi aí que entrei na história (quero dizer, estória, mas essa distinção saiu de moda). Na visão de muitas pessoas, o cenário catastrófico abria uma necessidade de renovação na política do Rio, e movimentos por essa renovação haviam começado a surgir em anos anteriores. O que parecia uma crise insuperável poderia, na verdade, transformar-se em uma oportunidade de mudança ao mesmo tempo profunda e democrática.¹

Apesar dessa esperança, a verdade é que, em junho de 2018, apenas quatro meses antes das eleições, os candidatos ao governo do estado mais bem colocados nas pesquisas eram políticos profissionais. O ex-governador Anthony Garotinho, cuja candidatura acabou sendo vetada pelo Tribunal Regional Eleitoral a poucas semanas da eleição. Eduardo Paes, ex-deputado federal que fora prefeito da capital do estado por dois mandatos. E Romário Faria, campeão mundial de futebol em 1994 que se tornara político em 2011, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e cumpria, então, seu primeiro mandato como senador.

Mesmo assim, pairava no ar uma chance de novidade naquela eleição. Quatro candidatos novatos tinham anunciado a intenção de concorrer. Um deles era o antropólogo Rubem César Fernandes, com uma longa lista de serviços prestados ao estado através da ONG Viva Rio. Mas ele desistiu pouco depois para apoiar Eduardo Paes. Outro, a professora gaúcha de filosofia Marcia Tiburi, que concorria pelo PT. Sua candidatura terminaria servindo quase exclusivamente de canal para a defesa da liberdade do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, acusado da prática de ilícitos e cuja prisão ocorrera pouco antes, em abril.

Os outros dois novatos se encaixavam num perfil ainda mais improvável, em se tratando da chance de serem eleitos. Eram profissionais da área do direito, na casa dos 50 anos, sem experiência na política, desconhecidos do público em geral, com pouquíssimo tempo no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão e representando pequenos partidos, que viriam a eleger apenas dois deputados estaduais cada um.

Um daqueles novatos era eu. Aos 53 anos, sem nunca ter disputado uma eleição, concorria pelo Partido Novo, criado em 2011, exatamente como uma tentativa de renovação na política. O partido, cujo registro fora deferido apenas em 2015, participava de sua primeira eleição geral, após eleger quatro vereadores em várias capitais, inclusive um no Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2016.

O outro era Wilson Witzel, nascido em Jundiá, no estado de São Paulo, fuzileiro naval no começo da vida, depois defensor público e, finalmente, juiz federal até março de 2018, quando deixou a estabilidade vitalícia da magistratura para aventurar-se na política. Ele concorria pelo PSC, um pequeno partido comandado pelo Pastor Everaldo, que fora candidato à Presidência em 2014 e recebera menos de 1% dos votos.

O tempo passou e, em julho, agosto e boa parte de setembro de 2018, tudo indicava que, apesar do histórico de mau desempenho dos políticos profissionais, o estado do Rio de Janeiro continuaria sendo governado por um deles. Tanto na pesquisa Ibope divulgada no dia 25 de setembro, 12 dias antes da eleição, quanto na do Datafolha, tornada pública em 28 de setembro, Eduardo Paes aparecia firme na liderança, com 24% e 25% das intenções de voto, seguido por Romário e Garotinho.

A vantagem do líder parecia irreversível. Paes tinha muitas realizações a exibir como prefeito, enquanto seu sucessor, Marcelo Crivella, fazia uma administração mal avaliada. Além disso, seu telhado de vidro reputacional era mais discreto que o dos demais antigos mandatários do estado. Nada disso evitou sua identificação com a chamada velha política na cabeça dos eleitores. Quando as urnas foram abertas, revelaram uma derrota contundente de Paes, especialmente no primeiro turno, pelo qual ele passou aos trancos e barrancos como segundo colocado e vencido com folga pelo desconhecido que viria a se eleger governador.

De fato, em 28 de outubro de 2018, o novato Wilson Witzel foi eleito com praticamente 60% dos votos válidos no segundo turno. O primeiro governador do Rio de Janeiro, após nove eleições diretas desde 1982, que não exercera nenhum mandato político anterior.

Não é trivial explicar como foi possível a vitória de um estreante no segundo estado mais rico da Federação, e eu certamente não tenho qualificação para emitir um veredito técnico. Mas tenho uma opinião formada pelo que observei nas ruas. A meu ver, uma conjugação singular de fatores locais, nacionais e pessoais levou Wilson Witzel à vitória.

O fator local foi exatamente o mau desempenho, profissional e ético, dos governadores anteriores. Paes, Garotinho e até mesmo Romário conviveram com altos índices de rejeição nas pesquisas de opinião durante a campanha.² Os eleitores queriam uma

renovação, e a menção aos políticos de carreira causava uma reação negativa.³

Mas se a péssima imagem dos políticos profissionais confirmava o desejo de mudança da população, não explicava por que Witzel fora o escolhido entre os novatos. Aqui entra, a meu ver, o fator nacional. A polarização dominou o debate em 2018 e levou Jair Bolsonaro à liderança nas pesquisas e à vitória nas eleições para a Presidência. Os candidatos que se alinharam ao seu discurso obtiveram resultados bastante positivos e, em muitos casos, venceram políticos tradicionais.

Bolsonaro não tinha alianças estáveis na maioria dos estados. Era o caso de Minas Gerais. Por lá, o vencedor também seria um novato na casa dos 50 anos, Romeu Zema, do Partido Novo, apoiando Bolsonaro no segundo turno e atraindo seus eleitores ainda no primeiro.

Bolsonaro também não tinha um candidato declarado no Rio de Janeiro, que terminou sendo o estado da Região Sudeste em que o presidente eleito recebeu o maior percentual de votos no primeiro turno – nada menos que 59,79%, contra 54,76% no Espírito Santo, 53% em São Paulo e 48,31% em Minas Gerais. Mas, na reta final do primeiro turno, a família Bolsonaro decidiu apoiar Wilson Witzel, por meio principalmente de Flávio Bolsonaro – filho do futuro presidente e eleito senador com enorme votação⁴ – e do partido em que estavam então aninhados, o PSL. Aliás, o único político da família que não estava no PSL era Carlos Bolsonaro, vereador na cidade do Rio de Janeiro, que era, entretanto, do mesmo partido de Witzel, o PSC.

Não foram apenas Witzel e Flávio Bolsonaro que passaram a pedir votos reciprocamente e a exibir imagens de caminhadas e carreatas conjuntas, embora o PSC de Witzel tivesse candidatos próprios e não estivesse coligado ao PSL. Também Rodrigo Amorim, do PSL, que se tornaria o deputado estadual mais votado do

Rio de Janeiro, foi companhia frequente de Witzel nas redes sociais e nas ruas – inclusive no repugnante episódio da quebra da placa com o nome de Marielle Franco, um ato inadmissível de relativização de um crime bárbaro, cuja investigação caberia ao governador eleito comandar.

Envolto em uma bandeira nacional, rodeado por cabos eleitorais de camisetas pretas com o rosto de Bolsonaro e por candidatos do PSL, parecia que Witzel deixara o PSC, nacionalmente coligado ao Podemos, do candidato à Presidência Álvaro Dias. Nas camisetas amarelas que Witzel passara a usar, idênticas às de Bolsonaro, lia-se que o seu partido era o Brasil, e ele terminava suas manifestações com o bordão de seu candidato presidencial: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” Witzel tornou-se nas últimas semanas do primeiro turno, e durante todo o segundo turno, o candidato de fato de Bolsonaro ao governo do Rio.

Contudo, é preciso reconhecer que essa adesão dos eleitores de Bolsonaro a Witzel só foi possível em razão das características pessoais e do discurso do futuro governador. E esse é o terceiro fator, o elemento pessoal a que me referi, que completa a explicação para a eleição do governador do Rio de Janeiro em 2018.

A maioria dos eleitores de Bolsonaro desejava ações enérgicas e percebeu em Witzel alguém corajoso e sem papas na língua, crescentemente virulento nos ataques à esquerda, principalmente no final da campanha, no melhor estilo “nós” contra “eles”, sem nenhuma preocupação em respeitar visões divergentes.

O radicalismo de suas propostas para segurança, defendendo a repressão violenta ao crime, chamando traficantes de narco-terroristas e cunhando a imagem do “tiro na cabecinha” para abater – como dizia, recorrendo ao jargão militar – quem portasse fuzis, alinhava-se perfeitamente à visão de Bolsonaro, inclusive quanto à ampliação do porte de armas para a legítima defesa dos cidadãos.

Na educação, Witzel não discutia as urgências qualitativas, as estatísticas alarmantes nem a preparação dos alunos para as novas tecnologias. Focava na disciplina, propondo a implantação de escolas militares na rede pública e enfatizando o respeito ao professor em sala de aula.

Quanto aos costumes, o futuro governador adotava um discurso religioso e conservador. O seu partido traz Cristo no nome (Partido Social Cristão) e é liderado por um pastor. Sempre esteve alinhado às pautas dos evangélicos, parcela importante dos eleitores. Sua coligação chamava-se “Mais ordem, mais progresso”. E até mesmo o sotaque de Witzel, nascido no interior de São Paulo, parecia-se com o de Bolsonaro e o distanciava da carioquice de Cabral e de Paes – e da minha, por que não dizer?

A simplicidade e a convicção em suas mensagens foram fundamentais para Witzel se beneficiar do cenário eleitoral, quando, após o atentando contra o candidato à Presidência, a onda bolsonarista transformou-se em tsunami.

Em má posição nas pesquisas até 10 de setembro, quase sempre atrás de mim, Witzel foi capaz de aliar-se com credibilidade à candidatura de Bolsonaro – ao contrário do que ocorreu com Índio da Costa, por exemplo, após sua adesão ao candidato do PSL. Não foi, portanto, só o fato de ter apoiado Bolsonaro e recebido o apoio de seu clã que impulsionou Witzel. Foi tê-lo feito de maneira consistente e crível aos olhos do eleitor.

Não custa lembrar que, diante da iminência da derrota no segundo turno, Eduardo Paes também buscou os votos de Bolsonaro.⁵ Não adiantou. No primeiro e no segundo turnos os eleitores identificaram Witzel com Bolsonaro. E acertaram.

O fato de o novato Witzel ter sido eleito com uma votação tão expressiva comprovou a percepção que eu tinha nas ruas, durante a campanha, de que os eleitores sabiam perfeitamente em que discurso queriam votar. A maioria da população desejava uma mu-

dança radical e firme, não só na política como também no combate à criminalidade. Acreditou no discurso de novidade e força de Bolsonaro e procurou, entre os candidatos locais, aquele que encampasse o mesmo tom. Witzel fez esse discurso desde o primeiro dia. Foi coerente, transmitiu sinceridade e, quando recebeu o apoio de Bolsonaro, isso fez sentido para o eleitor.

Nas eleições de 1982 eu não pude votar. Meu título de eleitor não ficara pronto a tempo. Naquela época, só se votava a partir dos 18 anos, que eu completara pouco antes das eleições. Mas isso não me impediu de aproveitar o momento. Recém-chegado à universidade, fiquei maravilhado com a efervescência dos debates organizados pelo Diretório Central dos Estudantes e realizados nos pilotis da PUC, aos quais compareciam todos os candidatos, da direita (ainda que ninguém se anunciasse como tal daquela vez) à esquerda.

Votei em todas as eleições depois daquela, mas nunca fui além do cumprimento desse dever. Fora das discussões entre amigos, não me envolvi com a política. Pensei que minha contribuição cívica seria trabalhar pontualmente no serviço público, se alguém me quisesse por lá. Mas as eleições de 2014 e 2016 começaram a mudar esse sentimento. Enquanto eu prosperava, o estado e o país à minha volta ruíam. Achei que tinha a obrigação de tentar fazer alguma coisa.

Engajei-me em projetos privados e pensei em me candidatar a deputado, até que, em 2018, quando parecia que meu papel seria, mais uma vez, o de colaborar como servidor público, apareceu meio por acaso a chance de me candidatar a governador do meu sofrido estado natal.

Nas ruas, durante a campanha eleitoral, percebi, para minha surpresa, que a chance de um novato eleger-se era real. Vi que alguma coisa diferente estava por acontecer. Senti a rejeição aos políticos profissionais em todas as pessoas que eu abordava. E, à

divulgação de cada pesquisa, não entendia como eu continuava estagnado, aparecendo teimosamente com 1% ou 2% dos votos – junto com o futuro governador.

Talvez por isso, por ter visto que era possível um novato na política se eleger, é que a compreensão das razões da vitória de Wilson Witzel não apague em mim a frustração com o resultado. Uma coisa teria sido perder para a velha política, como eu dizia em campanha. Outra, para o único candidato com o histórico parecido com o meu e que esteve sempre ao meu lado, ou atrás de mim, nas pesquisas eleitorais. O sentimento de que deixara escapar uma oportunidade foi inevitável e volta cada vez que, com grande frequência, vejo o governador cometer o que me parece um erro.

Mas a tristeza pela derrota não afetou a esperança que a experiência eleitoral plantou em mim, de um estado e de um país melhores. Ao mergulhar no estudo dos nossos graves problemas, terminei encontrando inúmeras pessoas e organizações prontas para enfrentá-los, com base científica e espírito público. Saí da eleição convencido de que, ao contrário do que diz a velha máxima, o povo sabe muito bem votar. Não porque eu tenha concordado com o resultado, mas porque aprendi que o povo escolhe e vota conscientemente. Quem não ganhou, como eu, simplesmente não conseguiu atrair a atenção do eleitor ou falhou em convencê-lo de que suas propostas eram melhores.

Este livro traz minha experiência no processo eleitoral de 2018. Ao dividi-la com pessoas que, como era meu caso até então, nunca viveram uma campanha, não quero apenas contar como as coisas se passam no dia a dia e nos bastidores de uma eleição. Compartilhar as lições e reflexões que tirei dessa aventura é, no fundo, uma tentativa de dividir o otimismo com que dela saí, de manter viva minha própria esperança por dias melhores e, quem sabe, de fazer com que outros também decidam se aventurar.

No primeiro semestre de 2018, diante do quadro tenebroso do estado do Rio de Janeiro — minado pela corrupção generalizada, com dois ex-governadores presos, uma gravíssima crise financeira e a ausência de alternativas políticas renovadoras —, o advogado carioca Marcelo Trindade concluiu que devia se posicionar. Não bastava apenas ocupar cargos técnicos no setor público e contribuir financeiramente para as causas nas quais acreditava, como vinha fazendo até aquele momento. Para ele e outros de sua geração, era chegada a hora de se colocar por inteiro no esforço de encontrar o caminho para a recuperação do estado.

O caminho do centro é a história de sua candidatura ao Governo do Rio. Um relato genuíno e despretensioso, cuja força está na autenticidade. Trabalhando nos bastidores pela possível candidatura do ex-técnico da seleção de vôlei Bernardinho, que não se realiza, Marcelo surge em cena como nome do Partido Novo. Das primeiras articulações em seu favor até a derrota nas urnas, este livro revela um percurso de campanha repleto de relatos humanos, das ruas e dos debates, sem esconder o imprevisto e a ingenuidade do político novato, mas enfrentando de frente os temas delicados da política e do estado — a falta de autocrítica do empresariado e de realismo da esquerda, a urgência de se gastar mais com educação do que com segurança, o território espinhoso das redes sociais, a relação com a imprensa, os problemas do financiamento de campanha, entre outros — e discutindo possíveis soluções.

Um livro sobre política escrito da perspectiva de um cidadão, *O caminho do centro* fala de eleições e partidos, mas com a voz de um homem independente, que vê a vida pública como uma obrigação de servir bem. Um depoimento corajoso, de indiscutível relevância no momento em que vivemos.

Saiba mais em:

www.historiareal.intrinseca.com.br